

A história como “*logos* do outro”: Michel de Certeau e a operação historiográfica

History as the “*logos* of the other”: Michel de Certeau and the historiographical operation

Robson Freitas de Miranda Junior

Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
rfm.juninho@gmail.com

Recebido em: 31/03/19

Aprovado em: 17/05/19

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir o conceito de “heterologia”, central para a compreensão da obra do historiador francês Michel de Certeau, para quem a historiografia seria uma espécie de discurso sobre o “outro”. A escrita da história, ao articular um lugar social à construção de um discurso narrativo por meio de práticas e técnicas específicas, seria, assim, uma forma de lidar com a alteridade, de um “outro” que se perdeu, de um ausente que, para Certeau, é o objeto da história. Nesse sentido, procuramos discutir como esse autor concebe as articulações entre o lugar social e o discurso histórico, uma vez que, para ele, essas relações seriam fundamentais não apenas para compreender o que o historiador faz ao “fazer história”, mas também o próprio estatuto epistemológico do discurso historiográfico.

Palavras-Chave: Michel de Certeau, Operação Historiográfica, Alteridade.

Abstract: The present article aims to discuss the concept of “heterology”, crucial to the understanding of the work of the french historian Michel de Certeau, to whom historiography is a discourse about the “other”. The writing of history, by articulating a social place to the creation of a narrative discourse through specific practices and techniques, becomes a way of dealing with the alterity of an “other” which is lost, of an absent one that, according to Certeau, is the object of history. Therefore, we seek to investigate how Certeau understands the articulations between the social place and the historical discourse, once they are essential not only to comprehend what historians do when they “make history”, but also the epistemological status of historiography itself.

Keywords: Michel de Certeau, Historiographical Operation, Alterity.

Introdução

Michel de Certeau (1925-1986) foi um pensador incansável cujo percurso intelectual foi marcado por uma prática interdisciplinar. Contudo, sua passagem pelos caminhos da história, teologia, psicanálise, antropologia, entre outros, não pode ser limitado a meros “empréstimos conceituais” sem sistematicidade teórica ou por uma aglutinação dos campos do saber, uma supressão de suas fronteiras. O exercício de seu ofício como historiador se construiu a partir do diálogo com esses saberes, que lhe colocavam questões e contribuições incontornáveis e o auxiliavam na compreensão de seus próprios objetos de estudo.

Como ressalta Virgínia Buarque, foi por essa ousadia “crítica e criativa” no entrecruzamento de questões e registros vindos de diversas áreas, sem que deixasse jamais de reconhecer-se como historiador, que Certeau tornou-se alvo não somente de uma indiferença, “mas também das suspeitas quanto à legitimidade de sua reflexão, provindas tanto da academia francesa quanto do instituto religioso ao qual pertencia” (BUARQUE, 2007, p. 232). Diante de tal isolamento, delineou-se, por exemplo, em biografias póstumas a imagem de um intelectual infatigável que suportou os golpes a ele deferidos e continuou em seu percurso – ele foi um “caminhante ferido” (DOSSE, 2003).

Esses “desgastes” intelectuais e reflexivos de Certeau mostram-se, na perspectiva de Buarque, indissociáveis de seu entendimento acerca da condição humana e da própria história, “continuamente ressignificados por ele a partir de seus limites intrínsecos, ou seja, da impossibilidade (salutar) de uma absolutização da cultura e do poder em sistemas ‘universais’” (BUARQUE, 2007, p. 232). A autora ainda destaca que foi o reconhecimento do limite como premissa fundamental da realidade histórica que teria conduzido o historiador francês a considerar a “experiência vivida” como uma *práxis* relacional e o conhecimento científico, constituído a partir dela, como um diálogo com a alteridade.

Dessa forma, a historiografia se constituiria como uma *heterologia*, isto é, um *logos* do outro (da alteridade). Ela se apresenta como um saber que, “portando um olhar etnográfico”, se lança na temporalidade e se volta “para o que destoa dos modelos estabelecidos, àquilo que se esgarça através dos quadros institucionais, sem necessariamente rompê-los” (BUARQUE, 2007, p. 233).

Certeau não se via como um “teórico” da história, se entendermos esse termo como um empreendimento reflexivo “abstrato”, ou seja, desconectado da *práxis* historiadora. Era crítico de uma historiografia “desencarnada”, do discurso que não coloca em questão suas condições de produção, que não se questiona e problematiza radicalmente (CERTEAU, 2011). Certeau “pensava” sobre a história na medida em que a *faz*, pois para ele a história não era somente um *dizer*, era sempre um *fazer*, uma *fabricação*.

Antes de entrarmos na discussão certeuniana que concebe a historiografia como uma fabricação, devemos nos deter brevemente sobre o conceito de discurso, que será mobilizado recorrentemente em nosso texto. O reconhecimento da dualidade que constitui a linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas e sociais, provoca um deslocamento nos estudos linguísticos até então balizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala que impôs uma linguística da língua. Como destaca Helena Brandão, diversos estudiosos “passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse polo da dicotomia saussuriana. E essa instância é o discurso” (BRANDÃO, 2012, p. 11).

É nesse sentido que podemos situar as investidas de Certeau sobre a questão do discurso, mais especificamente, do discurso historiográfico. A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento: “a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, [...]. Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, não podendo ser estudada fora da sociedade” (BRANDÃO, 2012, p. 11). Tendo delimitado, ainda que brevemente, aspectos da noção de discurso que mobilizamos em nosso trabalho, podemos avançar para as discussões sobre o discurso historiográfico a partir da obra de Michel de Certeau.

A história como fabricação

O que *fabrica* o historiador quando *faz* história? Para quem trabalha? O que produz? É com essas questões que Certeau (2011) inicia sua discussão sobre aquilo que designou como “operação

historiográfica”, em “*A escrita da história*”¹. Os questionamentos propostos por ele recaem sobre uma matéria ainda mais fundamental – que o inquietava – relacionada à enigmática relação que ele, como historiador, mantinha com a sociedade presente e com a “morte”, por meio da mediação de atividades técnicas.

Ao situar a “operação historiográfica” em uma espécie de espaço intermediário entre a linguagem de ontem e a contemporânea, Certeau deixa claro que a marca do *lugar* de onde se fala incide de forma indelével sobre essa “operação”. Sua reflexão acerca da historiografia é, portanto, uma interrogação a respeito de suas próprias condições de possibilidade, bem como das características constituintes e peculiaridades desse discurso, cuja relação com o *lugar* a partir do qual é articulado é incontornável.

Essa problematização proposta por Certeau, que de forma alguma pode ser reduzida às contribuições da “*A escrita da História*”² (2011), está relacionada a uma crítica presente também em alguns dos textos que compõem a obra “*A cultura no plural*” (2012)³. Entendemos que a pergunta de Certeau pela relação que a historiografia mantém com seu lugar de produção, bem como sua concepção de que ela representa uma determinada “prática” escriturística, atravessa outras obras do autor.

Nesse sentido, é importante nos atentarmos, por exemplo, para a discussão proposta em “*A invenção do cotidiano*”⁴ (2014), em que o autor discute aspectos do processo de consolidação de uma “economia escriturística” no ocidente moderno e como ela dá forma a determinadas práticas de saber e de representações⁵. O historiador, nesses textos, desconfia tanto do que chama de historiografia “desencarnada” (por não considerar suas condições de emergência, o *lugar* de sua produção) quanto do que identifica como sendo uma historiografia *folclorista* (por caracterizar o *outro*

¹ Texto original publicado em 1975, sob o título “*L’écriture de l’histoire*” (CERTEAU, 1975).

² É importante ressaltarmos que o que Certeau propõe nessa obra é fazer uma espécie de história da escrita no ocidente e como se deu seu processo de afirmação como lugar por excelência do saber e do sentido (CERTEAU, 2011).

³ “*La culture au pluriel*”, publicado, em 1974, como uma coletânea de textos de Certeau. Ver Certeau (1993).

⁴ “*L’invention du quotidien*”. Publicado em 1990. Ver Certeau (1990).

⁵ Ver Certeau (2014, pp. 201-224).

de que fala sempre de maneira exótica, buscando nele, nesse *outro que passou*, as relíquias de nossa sociedade)⁶.

Certeau veicula, na França durante as décadas de 1960 e 1970, esse tipo de crítica ligada àquilo que ele chamou de um “despertar epistemológico”⁷, que teria Michel Foucault⁸ e Paul Veyne⁹ como alguns de seus principais representantes. O autor situa sua própria obra nesse contexto, relacionando-a a esse “despertar”, pois entende que “em história como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de ‘valores eternos’ ou na apologia de um ‘intemporal’” (CERTEAU, 2011, p. 46).

Uma observação de faz necessária aqui, pois devemos lembrar que a obra de Certeau tem sido recebida e mobilizada de formas distintas em contextos acadêmicos específicos. De acordo com Philippe Carrard, a produção do historiador francês tem sido considerada como “escritura de fundação” para os estudos culturais. Devido à sua preocupação com as “pessoas comuns” e da “vida cotidiana”, bem como com as questões da alteridade, diferença, e a exclusão, textos como “*A invenção do cotidiano*” despertaram interesse em estudiosos da cultura, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra (CARRARD, 2001, p. 465). Nesse sentido, outros autores entendem que Certeau teria contribuído para realizar esse “despertar epistemológico” na prática de se “escrever a cultura”,

⁶ Ver: “*A beleza do morto*” em (CERTEAU, 2012).

⁷ Alguns autores destacam as relações que a obra de Michel de Certeau, sobretudo “*A escrita da história*”, mantém com mudanças na historiografia francesa a partir da década de 1970. Procuraremos considerar este debate em nossa dissertação, na medida em que se insere na discussão aqui proposta. Ver OHARA (2012), CHARTIER (2010), ORELLANA (2012), WANDEL (2000), DOSSE (2004). Paul Veyne teria iniciado em 1971 um processo de renovação com sua obra “*Comment on écrit l’histoire*”, numa perspectiva acentuadamente cética e refretária no que diz respeito aos resultados dos métodos quantitativos, bem como à respeito das vantagens dos sistemas explicativos marxistas até então dominantes. Veyne definiria a história como sendo “um relato verídico que narra acontecimentos cujo ator é o homem, de acordo aos procedimentos do gênero narrativo” (VEYNE, 2014, p. 17). Nesse sentido, o trabalho do historiador se reduziria a um exercício compreensivo, com uma especial vocação explicativa e documentada, afastada da tarefa de produção de conceitos e do método científico.

⁸ Michel de Certeau teve em Foucault um importante interlocutor, com quem estabeleceu importantes diálogos, sobretudo em “*A invenção do cotidiano*” (2014) e “*História e psicanálise*” (2012), considerando, sobretudo, textos como: “*As palavras e as coisas*” (FOUCAULT, 2007) e “*Arqueologia do saber*” (FOUCAULT, 2015).

⁹ João Ohara, por exemplo, entende que há na crítica que estes autores fazem das relações de poder condicionantes e imbricadas na produção do saber; de perspectivas diferentes e por métodos diferentes, ambos apontam todo o mecanismo presente na fabricação do discurso historiográfico (OHARA, 2012, p. 72).

oferecendo um desafio ao ceticismo epistemológico gerado pelo pós-estruturalismo (HIGHMORE, 2007, p. 13).

No entanto, é interessante notar que Certeau não recebeu a atenção devida ou não foi compreendido por muitos historiadores franceses de sua época, como indicam François Dosse e Christian Delacroix, pelo fato de ter estado muito tempo “à margem” dos principais centros historiográficos em seu país (DOSSE; DELACROIX; GARCIA, 2012, p.325). Seria, segundo esses autores, preciso aguardar a recepção de “*Tempo e narrativa*”, de Paul Ricoeur, sobretudo, no final da década de 1980, para que os historiadores que dirigem os debates epistemológicos na disciplina adaptem tais questionamentos ao contexto da historiografia francesa. Desde então, a produção de Certeau ganhou muito espaço nas discussões historiográficas dentro e fora do contexto francês seus questionamentos e críticas passaram a constituir pontos fundamentais das principais querelas historiográficas das últimas décadas

“*A escrita da história*” é, certamente, uma das principais obras de Michel de Certeau e teve um importante impacto na historiografia das últimas quatro décadas. De um modo geral, a proposta do historiador francês neste texto é, sobretudo, analisar o que ele chama de história “moderna” da escrita (CERTEAU, 2011, p. XII). No entanto, para além de proceder com uma reconstrução cronológica desta história, o autor se preocupa em tornar visível o lugar de onde sua interrogação toma forma, a particularidade do campo, do material e dos processos da historiografia moderna que lhe permitiram analisar a operação escriturária e os desvios metodológicos que introduziram, segundo ele, outras possibilidades teóricas e práticas no funcionamento ocidental da escrita.

É importante destacar que, para Certeau, a historiografia traz inscrito no próprio nome uma espécie de paradoxo com respeito à relação de dois termos que seriam antinômicos: o real e o discurso. A historiografia, portanto, teria a tarefa de articulá-los ou “fazer como se os articulasse” (CERTEAU, 2008, p. XIII). Neste sentido, a questão que orienta as reflexões presentes em sua obra é a relação que o discurso mantém com o real, isto é, como se dá a aliança entre a escrita e a história. Mesmo não podendo limitar as contribuições de Certeau ao seu conhecido texto intitulado “A

*Operação historiográfica*¹⁰, devemos reconhecer que ele se apresenta como um lugar essencial para uma reflexão sobre a forma como o autor concebia a historiografia e o peculiaridades do ofício do historiador¹¹.

A história¹² deve ser encarada como uma *operação*. Isso significa, em princípio, que ela deve ser compreendida como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e a *construção de um texto* (uma literatura). Esse tipo de percepção é fundamental, pois nos leva a admitir que ela faz parte da realidade da qual trata e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática"¹³ (CERTEAU, 2011, p. 47). Para Certeau, portanto, a operação histórica se refere à: combinação de *um lugar social*, determinadas *práticas* ou *procedimentos técnicos* e, por fim, a *escrita*. A análise desses elementos (dos quais o discurso não fala) permite o autor dar contornos às leis que organizam o espaço produzido como texto.

Em primeiro lugar, toda pesquisa historiográfica estaria articulada como um *lugar* de produção socioeconômico, político e cultural. Isso implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias, ou seja, uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Desta forma, ela estaria submetida a privilégios e enraizada em uma particularidade. Além disso, Certeau ainda destaca que é em função desse lugar que se "instauram métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes

¹⁰ Uma parte deste estudo havia sido publicada em LE GOFF, L; NORA, P. Faire de l'histoire. Paris: Gallimard. 1974. t. I, p. 3-41, sob o título "L'operation historique". No livro publicado pela editora Forense Universitária (CERTEAU, 2011) encontramos uma revisão revista, corrigida e ampliada.

¹¹ Tentar limitar as contribuições de Certeau a historiografia a esse texto é não levar em conta a complexidade de sua obra, nem considerar a multiplicidade de possibilidades que o autor traz para pensarmos criticamente a historiografia, considerando a questão de seu estatuto epistemológico, as práticas que a caracterizam e a constituem como campo de saber, bem como o discurso que ela produz, além de suas interfaces com outros campos.

¹² Em "*A operação historiográfica*", Certeau usa os termos "história" e "historiografia" como sinônimos. Ele entende por história uma determinada *prática* (uma disciplina), seu *resultado* (um discurso) e a relação de ambos sob a forma de uma produção (CERTEAU, 2011, p. 5).

¹³ É interessante notarmos que Certeau parece se apropriar de algumas noções de Karl Marx, sobretudo para pensar o vínculo que a história mantém com sua realidade material, bem como para formular a própria noção de prática (cf. MARX, 2007). Devido aos limites e ao recorte de nossa pesquisa, não nos detivemos sobre os diálogos que o historiador manteve com o pensador alemão, mas entendemos ser pertinente sua menção aqui. Uma perspectiva interessante, nesse sentido, é apontada por François Dosse (2004, p. 200).

serão propostas se organizam” (CERTEAU, 2011, p. 47). Algumas implicações desse vínculo com seu lugar de produção são importantes para o discurso histórico.

Para Certeau, uma obra historiográfica é aquela que, a princípio, é reconhecida como tal pelos pares e que pode ser situada em um conjunto operatório. Ela representa um “progresso” com relação ao estatuto atual dos “objetos” e dos métodos e, por estar ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis novas pesquisas. Dessa forma, tanto é um resultado quanto um sintoma do grupo que funciona como um laboratório. À semelhança de um veículo que sai de uma fábrica, “o estudo histórico está muito mais ligado ao *complexo* de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada” (CERTEAU, 2011, p. 57). É nesse sentido que é o *produto* de um *lugar*.

Nessa perspectiva, antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como aquela funciona dentro desta. Isso nos permitiria perceber como esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros. O lugar possui, portanto, uma dupla função, pois tanto *torna possíveis* certas pesquisas – em função de conjunturas e problemáticas comuns – quanto faz de outras “*impossíveis*”; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise” (CERTEAU, 2011, p. 63, grifos no original). Para Certeau, essa combinação entre *permissão* e *interdição* seria o ponto cego da pesquisa histórica, um não-dito em seu discurso¹⁴.

Sendo assim, a pesquisa histórica está circunscrita pelo lugar em que é produzida, que determina seus “possíveis” e “impossíveis”. Se ela for concebida apenas como um “dizer”, seria reintroduzida na história a “lenda”, pois se fundamentaria em um não-lugar ou um lugar imaginário. Mas para o autor francês, a história deve ser definida como uma “*relação da linguagem* com o corpo (social) e portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe, seja à maneira do

¹⁴ Certeau não nega, contudo, que é possível agir sobre esse espaço, modificando-o, alterando seus limites e possibilidades (CERTEAU, 2011, p. 63).

lugar particular de onde se fala, seja à maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala” (CERTEAU, 2011, p. 63).

A história permanece, dessa forma, configurada pelo sistema no qual se elabora. Essa percepção seria fundamental, pois possibilitaria ao “saber historiográfico escapar da inconsciência de uma classe que se desconheceria a si própria, como classe, nas relações de produção, e que, por isso, desconheceria a sociedade onde está inserida. A articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade” (CERTEAU, 2011, p. 64)¹⁵. Para o autor, ter em consideração a importância da articulação que a história mantém com o lugar é essencial, não por ser capaz de explicar completamente o que ela é, mas por ser a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser “legendária” ou sem pertinência. Renegar a particularidade do vínculo com o lugar é tornar o discurso histórico ideológico¹⁶.

Em segundo lugar, “fazer história” é mobilizar um conjunto de *práticas*. Se é verdade que a historiografia está vinculada a um lugar e a um tempo, isso ocorre, inicialmente, por causa de suas *técnicas de produção*. Em resumo, devemos perceber que “cada sociedade se pensa ‘historicamente’ com os instrumentos que lhe são próprios” (CERTEAU, 2011, p. 65). A história é mediada pela técnica, ela evidencia uma relação entre o discurso e as técnicas que possibilitaram sua produção. Nesse sentido, é necessário encarar como ela trata os elementos “naturais” para transformá-los em produtos “culturais”, como faz aceder à simbolização literária as transformações que efetuam na relação de uma sociedade com a sua natureza. Como Certeau destaca, “de resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das 'neves eternas', o historiador faz outra coisa: faz deles a história. Artificializa a natureza. Participa do trabalho que transforma a natureza em ambiente e, assim, modifica a natureza do homem” (CERTEAU, 2011, p. 67).

¹⁵ Torbjörn Wandel entende que Certeau, através de sua reflexão sobre a escrita da história, mostra como repensar o conceito de lugar na escrita da história pode prover um ponto de vantagem a partir do qual os historiadores podem se mover além do binômio da objetividade e relativismo e abri-lo como uma possibilidade da escrita da história como uma práxis ética e política (WANDEL, 2000, p. 55).

¹⁶ Um ponto importante deve ser mencionado aqui. Em sua reflexão sobre o “lugar social” do discurso histórico, Certeau se apoia tanto em Marx quanto em Freud. Segundo ele: “tanto no marxismo, quanto no freudismo não existe análise que não seja integralmente dependente da situação criada por uma relação social, ou analítica” (CERTEAU, 2011, p. 64).

A história não é, portanto, uma simples fala “nobre” de uma interpretação desencarnada e desinteressada. Mediada pela técnica, sua fronteira se desloca entre o “dado e o acreditado, entre o documento e sua construção, entre o supostamente real e as mil e uma maneiras de dizê-lo” (DOSSE, 2004, p. 201). O historiador seria, portanto, aquele que domina um determinado número de técnicas que vão desde o estabelecimento de fontes e sua classificação até sua redistribuição em função de um outro espaço utilizando determinado número de operadores.

Por meio de uma operação o historiador recorta, através de suas técnicas (e práticas), um “dado” segundo uma lei presente (inscrita no seu *lugar*) que instaura uma distinção com relação a seu outro (passado). Sendo assim, se diferencia desse outro e marca, pela construção de um discurso, esse distanciamento. Fabrica-se, portanto, uma espécie de “*encenação do outro*” no presente. O passado passa a ser, por conseguinte, o meio pelo qual se *representa uma diferença*, uma alteridade (CERTEAU, 2011, p. 88). Dessa forma, a operação histórica exerce um efeito duplo.

Por um lado, ela historiciza o atual, isto é, presentifica uma situação vivida. Ela age no sentido de “obrigar” a explicitação da “razão reinante com um *lugar* próprio que, por oposição a um ‘passado’, se torna o presente” (CERTEAU, 2011, p. 88). Atua diferenciando um presente de um passado. Por outro, o passado mantém seu valor primordial de representar *aquilo que falta*. Ele tanto remete a uma ausência quanto introduz a falta de um futuro. Nesse sentido, Certeau entende que “um grupo, sabe-se, não pode exprimir o que tem diante de si - o que ainda falta - senão por uma redistribuição do seu passado. Nesse sentido a história é sempre ambivalente: o lugar que ela destina ao passado é igualmente um modo de *dar lugar a um futuro*” (CERTEAU, 2011, p. 89). A história simboliza um *limite* e, através disso, torna possível uma “ultrapassagem”.

Todo esse processo se formaliza por meio de uma *escrita* – terceiro elemento constitutivo da operação historiográfica – cuja importância para Certeau é evidente, pois dá origem ao título de sua obra. A história é escrita, mas não pode ser reduzida a esse elemento. A atenção dada pelo historiador a escrita não significa que ele limita essa disciplina à sua dimensão discursiva. A representação – “*mise-em-scène* literária – não é “histórica” senão quando articulada com um lugar social da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a uma prática relacionada

aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos. Para o autor, "não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação de um corpo social e com uma instituição do saber (CERTEAU, 2011, p. 89).

A construção da escrita representa a passagem da prática ao texto. Em um certo sentido, a escrita histórica permanece controlada pelas práticas das quais resulta. Contudo, ela mesma é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço de suas referências simbólicas. E é nesse ponto que Certeau atribui um importante papel a escrita histórica, pois entende que ela funciona como uma imagem invertida, isto é, ela dá lugar a falta (a ausência do passado), mas ao mesmo tempo a esconde. Opera construindo representações, atribuindo sentido e pretendendo compreender o passado, que lhe está ausente. Simboliza a ausência, exorcizando-a por meio do discurso. Nesse sentido Dosse destaca que

como o próprio lugar da realização da história, a escrita histórica está presa em uma relação fundamentalmente ambivalente por sua dupla natureza de escrita em espelho que remete ao presente como ficção fabricante de segredo e de mentira ao mesmo tempo que de verdade, bem como a escrita performativa por seu papel crucial de construir um “túmulo” para o morto, desempenhando assim o papel do rito de enterro. A escrita histórica teria uma função simbolizadora que permite a uma sociedade situar-se atribuindo-se um passado na linguagem” (DOSSE, 2004, p. 202).

A história abre para o presente um espaço próprio em que se “marca” um passado. Marcar um passado é abrir lugar para esse “morto”, mas também redistribuir o espaço dos possíveis. O papel performativo da história se dá na medida em que permite uma prática se situar em relação ao seu outro, o passado. E para compreender essa peculiaridade da escrita histórica, devemos recorrer a outros textos de Certeau.

A história e seu ausente: uma heterologia?

Em 1973, Certeau publica “*O ausente da História*” como conclusão de uma coletânea de artigos homônima (GIARD, 2012, p. 40)¹⁷. Nele o historiador retoma alguns dos principais pontos dos

¹⁷ Originalmente “*L’Absent da l’Histoire*”. Em nosso trabalho nos valemos de sua versão publicada na coletânea “*História e psicanálise*” (CERTEAU, 2012b). É importante destacarmos que nesse texto já se encontram delineadas algumas das principais questões que seriam, posteriormente, discutidas em “A escrita da história”.

textos que o precediam (na coletânea original) para colocar em questão as condições de possibilidade do discurso historiográfico moderno, uma vez que é um discurso que “implica uma relação com o *outro* enquanto ele está *ausente*” (CERTEAU, 2012b, p. 181). Nesse sentido, seu questionamento está relacionado à compreensão do estatuto desse discurso que se constitui ao falar de seu *outro*: “como funciona essa *heterologia* que é a história, *logos* do *outro*? (CERTEAU, 2011, p. 181). A história é heterologia, *logos* da alteridade. Contudo, de uma alteridade peculiar, pois está ausente.

Certeau ressalta que o discurso histórico moderno se constitui na medida em que transforma a própria diferença em seu objeto. Para ele, a historiografia se incumbiu “da tarefa de investigar regiões exteriores à circunscrição de um presente; ao tomar o encargo desses hóspedes estrangeiros, ela pretende colocá-los em ordem e homenageá-los” (CERTEAU, 2012b, p. 182). A historiografia coloca como dado fundador de seu saber o corte a partir do qual uma determinada sociedade se define como diferente de seu passado – seu *outro*. Segundo Ohara, esse corte pode ser descrito como uma construção identitária, por meio da qual “uma sociedade exclui as práticas que já não lhe são próprias, ou melhor, que ela entende que não lhe são próprias, fundando o lugar dos ancestrais” (OHARA, 2012, p. 74).

No entanto, ao proceder dessa forma, avançando em direção ao “*outro país*”, como será o procedimento efetivo da historiografia? Para o autor, a missão social que é conferida à historiografia – pelo seu próprio presente – tem como objetivo levar o *outro* para o campo de uma compreensão (presente) e, por conseguinte, eliminar a alteridade que parecia ser o postulado do empreendimento. Dessa forma, o autor conclui que “o *outro* não seria a condição de possibilidade, mantida externa, do discurso filosófico, mas seria, modificado em objeto, o elemento, que o discurso histórico transforma em significantes e reduz a algo inteligível para suprimir seu perigo” (CERTEAU, 2012b, p. 182).

A história seria então “hipócrita”? “O passado ser-lhe-ia fornecido para que, no lugar de seu ressurgimento, ela o absorva indefinidamente por novas ‘compreensões?’” (CERTEAU, 2012b, p. 182). Não seria assim tão simples, pois, mesmo em um discurso que a absorve, a alteridade fica marcada. O historiador tem a tarefa, segundo Certeau, de *tornar pensável* uma sociedade em sua dimensão de heterogeneidade, de “restituí-la a si mesma nas beiradas em que ela se origina e se perde

em sua própria ausência, além de participar tecnicamente do trabalho comum de metamorfosear essa alteridade em lendas” (CERTEAU, 2012b, p. 184). Nesse sentido, o texto historiográfico combina a racionalidade da explicação com a narrativa literária que fala do outro.

Contudo, o discurso histórico também insinua as “falhas” e “fendas” do próprio presente, ao introduzir nele a “hipótese de uma diferença” ou a “heresia de outras coerências” possíveis. Como pontua Certeau, “nas organizações atuais, ela marca a rachadura de um *irreal* diferente (no exato momento em que – e, talvez, porque – ela apresenta essa possibilidade com o *real* de outrora” (CERTEAU, 2012b, p. 185). A escrita histórica cria “a-topias”, abre “não-lugares” (ausências) no presente, ou como destaca o autor, ela se coloca ao lado do sonho, na medida em que possibilita pontos de fuga na ordem dos pensamentos e práticas contemporâneas. E aqui ele sinaliza para o fato de que sua perspectiva mantém uma evidente proximidade com a teoria freudiana, pois entende que nela

a alteridade do real ressurgue na *ficção*, retorna no irreal do fantástico. Ela reaparece sob a figura literária do *fictitious*, depois de ter sido eliminada pelas práticas produtoras de “fatos objetivos”. Por causa do que ela viesse a conservar de onírico, a narrativa histórica continuaria a encenar “a inquietante familiaridade” do outro (CERTEAU, 2012b, p. 185-6).

Para o historiador, a dimensão “literária” da história é o que mantém a ambivalência do real: ele é *outro* e *mesmo*¹⁸.

Ainda em “*O ausente da história*”, Certeau procura refletir criticamente sobre a historiografia a partir daquilo que ele chama de um dos últimos “mitos ocidentais”: a narrativa de Robinson Crusóe, de Daniel Defoe. Esse “mito” é para o historiador uma fonte de questionamento sobre a história, pois aquilo que o romance de Defoe projeta sobre o “espaço geográfico”, pode ser traduzido para uma dinâmica temporal: “o longínquo é o lugar em que uma razão estabelece e encontra seu outro” (CERTEAU, 2012b, p. 186).

¹⁸ Certeau emprega o termo “fictício” no sentido de que toda verdade tem uma estrutura de ficção. Portanto, em vez de ser ilusório, o fictício é, propriamente, uma estrutura simbólica.

Essa obra serve, para Certeau, como uma metáfora que o auxilia a pensar tanto o caráter desconcertante do encontro com a alteridade quanto a constituição de duas esferas distintas no discurso (a racionalidade e a ficção), a partir dos vestígios deixados pelo outro. A racionalidade técnica criada por Robinson em sua ilha é desestabilizada no momento em que ele encontra passos marcados na areia da praia. A personagem havia imposto uma razão classificatória e tecnicista à desordem da ilha. Essa atividade “dotada de traços cartesianos”, assimilava a alteridade do ambiente “selvagem” como produtos fabricados a partir de um “método” e regras. Contudo, esse empreendimento colonizador é destruído “subitamente, embora temporariamente, pela série de medos, pesadelos, agressões violentas ou mobilizações defensivas que entram no romance com a descoberta do vestígio humano de um pé descalço perfeitamente decalcado na areia” (CERTEAU, 2012b, p. 186).

Valendo-se dessa narrativa, Certeau ainda acrescenta que essa “estranha divisão da técnica e do pesadelo parece desenhar já no século XIX os lugares que serão ocupados pela ciência econômica e pela interpretação dos sonhos. Dois modos de relação com o outro: a racionalidade (econômica) e a ficção (do sonho)” (CERTEAU, 2012b, p. 187). Segundo ele, nos dois últimos séculos, a história parece portar a tarefa de reconciliar estas duas dimensões, mantendo simultaneamente práticas específicas de produção e a narrativa “romanesca” como sua forma de “expressão”.

Robinson Crusóe se encontraria, portanto, em uma posição semelhante à do historiador, isto é, o lugar de contato entre o Mesmo (si mesmo) e o Outro (passado, ausente). Os passos na areia, ou as fontes, representam aquilo que materializa o corte com a alteridade, que não deixa de resistir ao processo que intenta sua assimilação (colonizadora)¹⁹. Carla Freccero, por exemplo, destaca que o que Certeau faz ao introduzir seu livro (“A Escrita da História”) com a imagem de Américo Vespúcio é evidenciar o caráter conquistador e colonizador da escritura no ocidente moderno. Com

¹⁹ Remetendo também a esse aspecto, Andrés Freijomil acrescenta que essa “cena que funda a presença de uma alteridade e onde 'partindo de uma ruptura entre o sujeito e o objeto de sua operação, entre um querer escrever e um corpo escrito, a escritura fabrica a história ocidental". Duplo encontro, então: um Freud pioneiro da prática historiadora e um Américo Vespúcio promotor de uma prática da escritura. Linhagem que Certeau estendeu retrospectivamente a fim de dar às práticas institucionais uma historicidade política tão oculta como arraigada, enquanto construía seus próprios quadros genealógicos (FREIJOMIL, 2010, p. 86).

essa alegoria, o historiador francês indica como o mecanismo freudiano de um retorno de recalco opera nas exclusões da historiografia e como o encontro entre os europeus e os indígenas americanos produziu a cena inaugural da moderna subjetividade textual do ocidente (FRECCERO, 2001, p. 365).

Certeau procura evidenciar com esses elementos como a historiografia que lhe era contemporânea se comportava e a que operações ela submetia a alteridade diante da qual se colocava (ou que produzia). Dessa forma, ressalta que o que o historiador fabrica, portanto, é uma “metáfora do ausente”:

o lugar em que *Robinson Crusóe* fazia começar o fantástico é pertinente: na praia, na divisa do império insular criado por uma atividade metódica. O historiador encontra-se, também, neste lugar, diante do mar de onde vem o homem que deixou vestígios. No entanto, diferentemente de Robinson, ele sabe que o outro não voltará. A narrativa da história deveria, portanto, interromper-se aí: o estrangeiro não voltará a surgir do mar; ele já *se foi* [a passé]. De fato, por ter visitado as bordas de sua terra e por ter ficado, à semelhança de Robinson, “perturbado” pelos vestígios da ausência marcados nessas margens de uma sociedade, o historiador retorna *alterado*, mas não *silencioso*. A narrativa começa a falar entre contemporâneos. Parece-me que ela *pode* falar do sentido que se tornou possível pela ausência quando não existe outro lugar além do discurso (CERTEAU, 2012b, p. 188, grifos do autor).

A história é, portanto, um discurso que organiza uma presença faltante e que conserva, à semelhança do sonho (ou do pesadelo), a possibilidade de ser a marca de uma alteridade “alterante”.

A noção de alteridade é central para a concepção que Certeau constrói da historiografia. As relações entre o *outro* passado e o *outro* presente configuram as condições de possibilidade do discurso histórico, bem como suas peculiaridades (e podemos acrescentar também seus limites)²⁰. É nesse sentido que ele, em “*O ausente da história*” procura problematizar o corte fundador dessa alteridade e o encontro do historiador com esse outro. Como destaca Ohara:

é com o texto historiográfico que o historiador dá lugar ao que passou: o exótico, agora civilizado, pode ser visto por sua efigie. Essa representação busca dar a conhecer o passado ao presente, e há quem tome a representação pelo representado; para Certeau, a distância entre as duas esferas é bem clara: o passado é o ausente da história (OHARA, 2012, p. 79).

²⁰ Como destaca Ohara: “O Outro passado como aquilo que o historiador toma como objeto; o Outro presente como o lugar social, o campo a partir do qual o historiador pronuncia seu discurso” (OHARA, 2012, p. 79).

A história é, portanto, *heterologia*, termo designado por Certeau para caracterizar esse saber que quer apreender a alteridade, cujo postulado é sua própria possibilidade de ser. Contudo, essa alteridade está ausente, pois *já passou [a passê]*. Mesmo estando ausente, essa ausência é “alterante”, pois “incomoda” o presente, gera deslocamentos nele; ela é *presença* faltante. O outro está morto, mas continua *aí*, pois:

é o *fantasma* da historiografia. O objeto que ela busca, honra e enterra. [...] A única busca histórica do “sentido” permanece, com efeito, a do Outro, mas tal projeto, contraditório, visa “compreender” e ocultar com o “sentido” a alteridade desse estranho, ou, o que vem a ser o mesmo, acalmar os mortos que *ainda frequentam o presente* e lhes oferecer túmulos escriturários (CERTEAU, 2011, p. XVI, grifos nossos).

Esse fantasma de que fala Certeau é o que o discurso social corta de si e “conjura” para suas margens. Tal discurso só é possível porque a alteridade foi postulada, tornando o outro pensável e compreensível²¹. Eis o paradoxo da historiografia: ela tanto quer compreender o outro quanto “acalmá-lo” (ou exorcizá-lo), oferecendo-lhe um túmulo, construído pelo gesto escriturário. É desta maneira que ele caracteriza o fundamento do ofício do historiador: “construir representações, túmulos, sepultando a alteridade que lhe é, ao mesmo tempo, sua condição” (OHARA, 2012, p. 75).

Antes de nos determos mais especificamente nessa dimensão do discurso histórico, uma ponderação deve ser feita. É importante lembrarmos aqui da crítica feita por Paul Ricoeur à perspectiva de Certeau. Para o filósofo, ao enfatizar tão profundamente a questão e centralidade da alteridade para a construção do discurso histórico, Certeau teria se firmado numa ontologia negativa do passado (RICOEUR, 2010, p. 252). Para o autor, o passado é mais bem compreendido quando visto sob o signo do análogo, como como uma dialética entre o *mesmo* e o *outro* ou como uma articulação entre *ipseidade* e *alteridade* (RICOEUR, 2014, p. 374).

Para Ricoeur, portanto, o passado não pode ser visto como um outro absoluto. Mesmo que seja impossível para a história reproduzir por meio de um texto o seu referente, ele não é, de todo,

²¹ Para uma discussão mais específica desta questão ver (TERDIMAN, 1992).

inexprimível²². Por mais que o passado *não seja mais*, ele *é ainda*²³. Por mais que o passado (o morto) seja ausente, sua ausência não descarta ou exclui sua permanência (ou presença) no presente. Ele é (paradoxalmente) presença ausente.

Provavelmente devido a sua formação eclesiástica, Certeau atribui um papel a narrativa histórica que guarda semelhanças àquele que é conferido ao discurso religioso, pois ambos tratam da relação com o outro²⁴. Ele mesmo destaca que:

a escrita que eu dedico aos discursos místicos de (ou sobre) a presença (de Deus) tem com *status o fato de não o ser*. Ela se produz a partir desse luto, mas um luto não aceito, transformado na doença de estar separado, análogo, talvez, ao mal que já constituía no século XVI uma mola secreta do pensamento, a *Melancolia*. Uma ausência provoca a escrita. Ela não para de escrever-se em viagens num país de que estou distante (CERTEAU, 2015, p. 1, grifos do autor).

Os discursos dos místicos do século XVI, estudados por Certeau, evidenciavam, de certa forma, que Deus estava ausente, falam de uma perda. Relação análoga a que o próprio historiador mantinha como seu “objeto”, pois esses autores antigos “introduzem em nossa atualidade a linguagem de uma ‘nostalgia’ relativa a essa outra região. Eles criam então e guardam um lugar para algo como a *saudade* brasileira – um mal do país – se é verdade que esse outro país continua também o nosso, mas do qual estamos afastados” (CERTEAU, 2015, p. 2, grifos do autor).

O outro diante do qual o historiador se coloca não representa para ele uma alteridade absoluta. Há diferença e estranhamento nessa relação, mas não apenas isso, pois há também “nostalgia” e “saudade”, há identificação. Para Certeau, o outro articula uma estranheza do nosso próprio lugar e, desperta, portanto, “um desejo de partir para o país” (CERTEAU, 2015, p. 3). Há,

²² Para uma importante e rica discussão sobre as aporias do discurso historiográfico, ver (LIMA, 2006); (MALERBA, 2016).

²³ O conceito de “espaço de experiência” proposto por Reinhart Koselleck nos ajuda a pensar essa permanência do passado, pois para ele “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p. 307). Ao lado da noção de “horizonte de expectativa”, esse conceito aparece como uma categoria meta-histórica proposta por Koselleck para pensar como passado e futuro se entrelaçam à experiência presente, formando assim uma concepção de tempo histórico bem importante para os debates atuais sobre tempo e temporalidade.

²⁴ O próprio Ricoeur sustenta uma leitura semelhante em “*A memória, a história e o esquecimento*” (RICOEUR, 2007, p. 377), conforme indicamos no capítulo anterior.

então, uma ambivalência nessa alteridade, que denota tanto a diferença quanto a identificação. E no caso do historiador, é por meio da escrita que ele tenta dar conta dessa alteridade²⁵.

Um túmulo para os mortos

A história é paradoxal. E esse seu caráter se dá pelo fato de que, pela escrita, *ela põe em cena* uma população de *mortos* (personagens, mentalidades, preços, etc.), “ela re-presenta mortos no decorrer de um itinerário narrativo” (CERTEAU, 2011, p. 108). Atento à dimensão simbólica da história, Certeau a concebe como uma espécie de gesto de sepultura ou, em suas palavras, um “rito de sepultamento”, uma vez que “exorciza a morte introduzindo-a no discurso” (CERTEAU, 2011, p. 109).

Sua função simbolizadora se evidencia na medida em que permite a uma sociedade se situar, dando-lhe, por meio da linguagem, um passado, abrindo assim um espaço próprio para o presente. Nesse sentido, o historiador entende que demarcar um passado “é dar um lugar a morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades. Determinar negativamente aquilo que está *por fazer* e, conseqüentemente, utilizar a narratividade²⁶ que enterra os mortos como um meio de estabelecer um lugar para os vivos” (CERTEAU, 2011, p. 109).

A escrita erige um túmulo para o morto, pois “fala” do passado para poder enterrá-lo. Ela é, portanto, túmulo em um sentido duplo, pois através do mesmo texto, ela honra e elimina. Para Certeau, aqui a linguagem tem como função introduzir no dizer aquilo que não se faz mais. Ela exorciza a morte e a coloca no relato. É interessante destacar que, para o autor

Esse processo se repete em muitas outras formas não científicas, desde o elogio fúnebre, na rua, até o enterro. Porém, diferentemente dos outros túmulos artísticos ou sociais, pois a recondução do morto ou do passado, num lugar simbólico, articula-se aqui com o trabalho que visa criar no presente um lugar (passado ou futuro) a preencher, um “dever-fazer” (CERTEAU, 2011, p. 110).

²⁵ É importante mencionarmos que, nesse sentido, talvez a perspectiva de Certeau se assemelhe, mais do que pode parecer, com a de Paul Ricoeur. Talvez, o próprio filósofo tenha sinalizado para essa maior proximidade em “*A memória, a história e o esquecimento*” ao se valer da noção ceriteuniana de que a escrita da história funciona à semelhança de um rito de sepultamento, se mostrando como uma forma de lidar com a morte (RICOEUR, 2007, p. 377).

²⁶ Os debates envolvendo a questão da dimensão narrativa do discurso histórico são amplos, complexos e cheios de desdobramentos epistemológicos. Por ultrapassarem em muito os limites impostos ao nosso trabalho, sugerimos aqui dois textos que serviram de fundamento para as discussões aqui desenvolvidas: ver Marcelino (2012); Malerba (2016).

Nesse sentido, poderíamos dizer que ela faz mortos para que haja vivos. Para ele, nomear os ausentes “da casa e introduzi-los na linguagem escriturária é liberar o apartamento para os vivos, através de um ato de comunicação, que combina a ausência dos vivos na linguagem com a ausência dos mortos na casa” (CERTEAU, 2011, p. 110). Dessa maneira, a sociedade se dá um presente graças a escrita histórica. A instauração literária desse espaço reúne, então, o trabalho que a prática histórica efetuou.

Fernando Catroga, valendo-se da perspectiva delineada por Certeau, entende que as narrações do passado são, à sua maneira, equiparáveis à linguagem dos cemitérios nas povoações, pois procuram “re-presentar” os mortos por meio da construção de uma narrativa (CERTEAU, 2011, p. 108). Mas acrescenta que não se trata apenas de uma “re-presentação”, mas de uma “re-presentificação” dos mortos dos quais fala. Catroga afirma, portanto, que a historiografia também exorciza a morte, introduzindo-a no discurso para criar, como no jogo *simulador e dissimulador* do culto cemiterial dos mortos, a ilusão de sua não existência” (CATROGA, 2015, p. 55).

O historiador português ainda ressalta que esse “simbolismo funerário” aposta na edificação de memórias e indicia a simulação da “presença” do ausente, a partir de traços que, simultaneamente, dissimulam o que se pretende recusar: “a putrefação do referente”. Dentro dessa perspectiva, o autor acrescenta que:

se a morte remete para o não ser, o monumento funerário irrompe o espaço como um apelo a um suplemento mnésico do futuro. Se, nos ritos funerários, se negocia e se esconde a corrupção do tempo (e do corpo) com a finalidade de a sociedade dos vivos poder gozar da proteção dos seus antepassados, definitivamente pacificados, e de se reconstituir a ordem social que a morte pôs em causa, diferente não é o papel da historiografia: esta fala sobre o passado para o enterrar, ou melhor, para lhe dar um lugar e redistribuir o espaço, podendo mesmo afirmar-se que ela é, não obstante as suas pretensões cognitivas, prática simbólica necessária à confirmação da vitória dos vivos sobre a morte (CATROGA, 2015, p. 61).

Essa dimensão “existencial” da historiografia, entendida como uma forma de dissimular “a morte e a corrupção do tempo, é o aspecto fundamental, o que explica as comparações com os rituais cívicos, que também expressariam as pretensões de eternidade do homem, com seu desejo de igualar as três dimensões do tempo descritas por Santo Agostinho” (MARCELINO, 2012, p. 145). E

é nesse sentido, também, que tem sido encontradas algumas afinidades entre o trabalho da memória e o trabalho de luto²⁷ (RICOEUR, 2007, p. 85).

E por mais paradoxal que pareça, o texto histórico tem, segundo Catroga, uma função análoga (não idêntica) à do túmulo e à dos ritos de recordação. Pois a convocação discursiva dos “objetos ausentes” tanto congela quanto enclausura o “mau gênio da morte”. Além disso, provoca efeitos performativos, uma vez que “marcar um passado é dar, como no cemitério, um lugar aos mortos; é permitir às sociedades situarem-se simbolicamente no tempo; mas é também, um modo subliminar de redistribuir o espaço dos possíveis e indicar um sentido para a vida... dos vivos” (CATROGA, 2015, p. 61).

É nesse sentido que Certeau entende que a escrita da história desempenha um papel performativo. Por meio da linguagem, uma prática (a historiográfica) pode se situar em relação ao seu outro, o passado; “a historiografia se serve da morte para articular uma lei (do presente) (CERTEAU, 2011, p. 111). Por meio de sua narratividade, ela fornece à morte uma representação (ou *re-presentificação*, como destaca Catroga) que, “instalando a falta na linguagem, fora da existência, tem valor de exorcismo contra a angústia” (CERTEAU, 2011, p. 111). Mas, por meio de sua performatividade, ela preenche as lacunas daquilo que representa e utiliza esse espaço para impor um querer e um saber. Como observa Certeau:

em suma, a narratividade, metáfora de um performativo, encontra apoio, precisamente, naquilo que oculta: os mortos, dos quais fala, se tornam o vocabulário de uma tarefa a empreender. Ambivalência da historiografia: ela é a condição de um fazer e a denegação de uma ausência; age ora como discurso de uma lei (o dizer histórico abre um presente a fazer), ora como álibi, ilusão realista (o efeito de real cria ficção de uma outra história) (CERTEAU, 2011, p. 111).

A historiografia desempenha, assim, um papel performativo na medida em que situa o historiador – ou o presente – numa relação de alteridade específica, em que o outro só se insinua

²⁷ Ricoeur se vale, a princípio, de dois textos de Freud para pensar a questão do trabalho de luto e sua relação com a questão da memória, objeto de sua discussão. Os textos são: “*Recordar, repetir, elaborar*”, de 1914 (FREUD, 1996b) e “*Luto e melancolia*”, de 1915 (FREUD, 2011). Para Ricoeur, “É por esse aspecto que o trabalho de luto pode ser comparado com o trabalho da lembrança. [...] O trabalho de luto é o custo do trabalho da lembrança; mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho de luto” (RICOEUR, 2007, p. 84). Nas palavras de Catroga: “a historiografia, tal como a memória, ajuda a fazer o trabalho de luto e a pagar as dívidas do presente em relação ao que já não é” (CATROGA, 2015, p. 62).

velado, à semelhança dos signos funerários. Essa ausência, sendo uma falta “impreenchível”, é o que constitui o discurso histórico. Dessa forma, a história seria uma espécie de “poética do ausente” (CATROGA, 2015, p. 63)²⁸.

De acordo com François Dosse, a operação historiográfica atua transformando em presença interior a ausência física de seu objeto. Ela é, ao mesmo tempo, um trabalho da morte e contra a morte, pois o lugar que se dá ao morto no mundo dos vivos é o da sepultura (escriturária). Portanto, já que a história implica uma relação com o outro que está ausente, a escrita do historiador se inscreve em um movimento do passado que participa de uma prática do distanciamento, “durante a qual o sujeito historiador percebe que realiza um trabalho em um objeto que ‘volta na historiografia’” (DOSSE, 2004, p. 102). Nesse sentido, Rodrigo Castro Orellana destaca que a separação com respeito a esse outro que seria o passado transforma-se na abertura de uma indeterminabilidade que supõe o contínuo retorno problematizador do que “já foi” (ORELLANA, 2012, p. 20). Perspectiva interessante, pois esse passado que “volta na historiografia”, atua, paradoxalmente, tanto abrindo novas possibilidades de ser e fazer para o presente quanto sendo fonte inesgotável de sua própria problematização.

Não é coincidência que Ricoeur tenha reservado às teses de Certeau um lugar de importância em sua obra “*A memória, a história e o esquecimento*” (2007). Ao retomar a tese de Certeau de que a escrita da história seria o equivalente escriturário da sepultura, o filósofo entende que a “sepultura-lugar” se torna “sepultura-ato” (RICOEUR, 2007, p. 378). O ausente está ali, alinhado dentro do próprio presente, não como algo que perdura em uma estufa esterilizada, esperando o momento de ser observado. A ausência, portanto, não é mais um estado estático, mas sim o resultado de um trabalho, o trabalho do historiador, que transforma sua ocupação em uma verdadeira máquina de suscitar a *heterologia* (DOSSE, 2004, p. 101). Nesse sentido, Ohara acrescenta que:

²⁸ Uma observação se faz necessária aqui. Para Catroga, o túmulo e o cemitério devem ser concebidos como totalidades significantes que articulam dois níveis bem diferenciados: um visível e um invisível. Para ele, “as camadas semióticas que compõem este último têm o papel de *dissimular* a degradação (o tempo) e, em simultâneo, de *simular* a não morte, transmitindo aos vindouros uma semântica capaz de individualizar e de ajudar a *re-presentação*, ou melhor, à *re-presentificação* do ontologicamente ausente” (CATROGA, 2015, p. 62).

Assim como uma efígie, o texto representa a ausência na medida em que traz para o mundo social mais uma vez aquela alteridade expurgada pelo presente. Transforma a morte em um fenômeno social em torno do qual se constituem práticas rituais. É com o texto historiográfico que o presente representa aquilo que considera como ancestral; é por meio da obra do historiador, que desde Michelet ambiciona dar voz aos mortos, que o presente acessa o passado representado. Eis que esse jogo de verossimilhança borra a fronteira entre aquilo que passou e aquilo que se representa do que passou (OHARA, 2012, p. 78).

A história é, portanto, *logos* do outro. E essa alteridade é tanto seu objeto, quando sua condição fundante. Mas quem é esse outro de que fala Certeau? O outro assume na obra de Certeau múltiplos sentidos e formas. Ele pode ser compreendido na figura de Deus, mas também, assume diferentes configurações e faces. O outro é o que tem outros valores, crenças, hábitos, saberes. O outro é aquele o aquilo que emerge com as crises do crível e engendra credibilidades nascentes. O outro é aquele ou aquilo que não se possui nem se controla. O outro é o que nos escapa. É o imprevisível, o inesperado, o excluído, o imigrante, o marginalizado, o estrangeiro. O outro é mistério e é surpresa. É a alteridade radical, a diferença para a qual nós precisamos nos abrir para criar. O outro é também o morto, o que não está mais aí no mundo dos vivos e com o qual as sociedades presentes precisam lidar. É essa ausência cuja presença nos assombra e a qual precisamos dar um sentido (FERRAÇO, 2018, p. 15).

Por isso, a história é essa “sepultura-ato” que dá um lugar para os mortos no presente, tanto por intervir como rito de enterro quanto por sua função simbolizadora, que permite uma sociedade se situar ao dar a si mesma um passado significativo. Esse ato da escrita historiográfica guarda, segundo François Dosse, uma proximidade com a teoria psicanalítica freudiana. Não apenas porque ele entende que sua função simbolizadora é análoga a “perlaboração²⁹” no plano psicanalítico³⁰, mas por considerar que a psicanálise é, à sua própria maneira, uma *heterologia*. Para ele, a história e a

²⁹ Em Freud esse termo denota o exercício operado pelo analisando no interior de uma situação analítica para, através da fala, suspender a compulsão à repetição e recuperar, enquanto rememoração, o evento até então esquecido (mas atuante). Dessa forma, o resultado decorrente desse exercício é salutar, na medida em que possibilita a superação da compulsão à repetição e a reconciliação com o passado através da lembrança (FREUD, 1996b).

³⁰ Essa analogia é vista por nós com certa suspeita, pois a possibilidade de estabelecermos uma analogia entre a narrativa histórica e o processo de análise psicanalítica, tal como concebe também Ricoeur (2007) ainda deve ser melhor discutida, não podendo ser tomada com natural. Pode-se encontrar uma discussão mais aprofundada sobre os limites desse tipo de aproximação entre história e psicanálise no artigo de Joan Scott (2012), intitulado “The incommensurability of psychoanalysis and history”.

psicanálise são duas disciplinas *heterológicas*, pois ambas são inauguradas por uma perda, por uma ausência.

E aqui chegamos a um ponto importante. Como procuramos demonstrar nesse trabalho, a psicanálise foi, certamente, uma disciplina com a qual Michel de Certeau manteve profundos diálogos. Ela foi para o historiador uma referência teórica essencial para os estudos de seus objetos de pesquisa (especialmente a religiosidade mística do século XVII), mas também para refletir sobre a própria história e o ofício do historiador. Sendo também *logos* da alteridade (ainda que de forma peculiar, pois essa alteridade pode também ser a do sujeito diante de si mesmo), ela teria levantado questões fundamentais para que Certeau pudesse problematizar os elementos centrais que caracterizam a historiografia: seja seu *lugar* de produção, suas *práticas e técnicas* e, especialmente, sua dimensão *escrita*. Portanto, sua concepção de história é marcada pelos diálogos que estabeleceu com esse saber.

Referências Bibliográficas:

- BUARQUE, Virgínia A. Castro. A epistemologia “negativa” de Michel de Certeau. **TRAJETOS** - Revista de História da UFC, v. 5, n. 9/10, 2007.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CARRARD, Philippe. History as a Kind of Writing: Michel de Certeau and the Poetics of Historiography. **The South Atlantic quarterly** [0038-2876] ano:2001 vol:100 fasc:2 pág: 465 -482.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 7ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **A fábula mística séculos XVI e XVII: volume 1**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 21ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CERTEAU, Michel de. **Heterologies: discourse on the other**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1986.

- CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b.
- CERTEAU, Michel de. **L'Absent de l'histoire**, Mame, Paris, 1973.
- CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- CERTEAU, Michel de. **La culture au pluriel**. Paris: Éditions du Seuil, 1993.
- CERTEAU, Michel de. **L'invention du quotidien**. 1. Arts de faire. Paris: Gallimard, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- DOSSE, François; DELACROIX, Christian. GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FRECCERO, Carla. Toward a Psychoanalytics of Historiography: Michel de Certeau's Early Modern Encounters. **The South Atlantic quarterly** [0038-2876] ano:2001 vol:100 fasc:2 pág:365.
- FREIJOMIL, Andrés. Clío, entre Freud y Lacan. El gesto psicoanalítico en Michel de Certeau. **Prohistoria**, vol.14 Rosario jul./dic. 2010.
- FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. In: **O caso Schreber, artigos sobre Técnica e outros trabalhos**. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. vol. XII; pp. 161-171. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.
- GIARD, Luce. Um caminho não traçado. In: CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- HIGHMORE, Ben. An epistemological awakening: Michel de Certeau and the writing of culture. **Social Anthropology/Anthropologie Sociale** (2007) 15, 1 13–26.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MALERBA, Jurandir. (org.) **História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis, 2016.
- MARCELINO, Douglas A. A narrativa entre a vida e o texto. **Topoi**, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 130-146.

MARX, Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** São Paulo: Boitempo, 2007.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. L'Absent de l'histoire. Oficina do Historiador, Porto Alegre, **EDIPUCRS**, v. 5, n.1, jan./jun. 2012, pp. 70-81.

ORELLANA, Rodrigo Castro. Michel de Certeau: história e ficção. **Princípios**, Natal (RN), v. 19, n. 31 Janeiro/Junho de 2012, p. 5-27.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa - vol. 3: O tempo narrado.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento.** Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

SCOTT, Joan. The incommensurability of psychoanalysis and history. **History and theory.** Middletown. v. 51, n. 31, pg:63 -83, 2012.

TERDIMAN, R. The Response of the Other. **Diacritics**, v. 22/ n. 2, p. 2-10, 1992.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história.** 4ª edição. Brasília: Ed. UNB, 2014.

WANDEL, T. Michel de Certeau's Place in History. **Rethinking History.** v. 4, n. 1, p. 55-76, 2000.